

Assembleia Municipal do Porto – Sessão Extraordinária sobre acesso à habitação 04.12.17

Intervenção de abertura de Artur Ribeiro

Senhoras e Senhores Deputados

Dissemos nas eleições autárquicas de 2001 que a habitação era o principal problema do Porto. Nessa altura lançamos um repto às outras forças políticas no sentido de se fazer um pacto para procurar resolver o problema da habitação nesta cidade num prazo nessa ocasião estimado em 20 anos. A verdade é que ninguém nos ouviu, entretanto passaram 17 anos e a situação não é hoje menos grave.

A Câmara do Porto é proprietária de cerca de 12500 fogos distribuídos por 51 bairros municipais e mais várias centenas de habitações designadas por casas do património, localizadas em diversas freguesias da Cidade.

É um parque municipal de grande dimensão, onde reside um pouco mais de 15% da população do Porto. Apesar disso, porém, há milhares de pessoas que vivem em situação extremamente precária e que tendo recorrido à câmara pedindo a atribuição de uma habitação municipal, viram recusado o seu pedido. Além destes há ainda cerca de mil famílias que, cumprindo os critérios estabelecidos pela DomusSocial, integraram uma lista de espera e vão aguardar disponibilidade, nalguns casos mais 2, 3, 4, 5 ou mais anos.

Acresce o seguinte:- A inegável beleza do Porto, a riqueza do seu património arquitetónico, o Rio Douro, o Mar, a gastronomia, a simpatia das suas gentes, e, sobretudo, as companhias low cost, levaram a um gigantesco afluxo de turistas nos últimos anos, fizeram da cidade um espaço muito atrativo e a reabilitação urbana transforma prédios privados em espaços destinados aos turistas (entre hotéis, alojamento local e outro tipo de estruturas para alojar turistas) com o inevitável afastamento de população economicamente carenciada que habitualmente lá residia. Isto passou-se sobretudo nas seis freguesias da baixa do Porto mas conhecemos casos idênticos no Bonfim, Campanhã e até em Paranhos.

Ainda há poucos dias soubemos que alguém comprou (ou tem intenção de comprar) os bairros da Tapada e de Maria Vitorina, na zona das Fontainhas, para lá instalar mais alojamento local, com o consequente despejo de mais umas dezenas de pessoas que vão continuar a desertificar a cidade. Certamente lá irão para Vila Nova de Gaia, Valongo ou Gondomar, não sem antes passarem pela DomusSocial, que, naturalmente, é impotente para responder a tantas necessidades.

O que é que a câmara pode e deve fazer?

Quero antes de mais e mais uma vez, deixar claro que não somos contra o turismo. Sabemos que o turismo traz imensos benefícios mas como tudo, tem que ter regras e sobretudo tem que ter medida. Costuma dizer o povo que a diferença entre o remédio e o veneno está na dose. É

isso. Queremos a cidade com turistas, mas queremos a cidade com gente, com a sua gente. A cidade não pode ser apenas o granito e a sua história. Não queremos uma cidade bem reabilitada mas onde as pessoas foram forçadas a ir viver para outro lado. Não nos equivoquemos. A alma do Porto é mesmo a sua gente.

Regresso à minha pergunta:- O que é que a câmara pode e deve fazer?

Bom. O Sr. Presidente tem dito e reafirmado que a câmara, sobretudo no Centro Histórico, utilizará o direito de preferência. E certamente que achamos bem. Mas a câmara não pode comprar tudo, e se os proprietários souberem que a câmara vai comprar, haverá tendência para fazer subir os preços e contribuir para a especulação imobiliária.

Outra coisa que se pode e deve fazer, é a autarquia recusar a aprovação dos projetos que pretendam transformar habitação em alojamento local. Mas talvez isto precise (não sei se precisa ou não) de uma alteração ao PDM. Se assim for, devemos fazê-la, rapidamente.

Uma coisa é certa: A cidade perde cada vez mais população. Só nas 6 freguesias que constituem a baixa do Porto, tivemos em 2017 menos 8216 eleitores inscritos do que acontecia em 2009. Reparem que são eleitores inscritos, logo maiores de 18 anos. Se este dado incluísse os menores de 18 anos certamente que a perda seria ainda maior.

A razão de fundo que conduz à perda da população é a especulação imobiliária. Hoje dificilmente se encontra uma casa para arrendar, mesmo um T1, por menos de 600 ou 700 euros. Também nos parece que os fundos de emergência que foram criados para subsidiar as rendas vão no sentido errado, porque, de um modo geral, contribuem também para as rendas caras. Há proprietários que alugam casas e dizem aos futuros inquilinos que podem candidatar-se a receber um subsídio de renda. E por isso mesmo os proprietários pedem mais dinheiro.

É claro que as famílias não podem pagar estas rendas inoportáveis, mas há muita gente que poderia pagar 200, 300 ou mesmo 400 euros. Mas para esta camada também não há soluções no arrendamento privado e as casas só terão tendência a baixar se for possível aumentar a oferta de habitação.

É preciso injetar casas no mercado de habitação. Construídas de raiz ou aproveitando muitas das que estão devolutas, quer em condições de serem habitadas, quer precisando de reabilitação. Com intervenção do Estado, nomeadamente ao nível financeiro e o envolvimento da Câmara e porventura também do movimento cooperativo habitacional.

Hoje, apesar do desenvolvimento de algumas ações de realojamento, a cidade do Porto continua a mostrar a existência de cerca de 900 “ilhas”. E se é verdade que há diversas quase já não têm habitantes, não é menos verdade que muitas estão novamente habitadas por famílias diferentes das originais, incluindo algumas que perderam as suas habitações por incumprimento de empréstimos bancários.

Esta nova realidade, reocupação das “ilhas”, é demonstrativa da carência de habitação e da especulação imobiliária, vividas na cidade do Porto. Carência e especulação que têm vindo a

agravar-se e são, certamente, responsáveis pela perda de habitantes na cidade. Lembremos que o Porto perdeu, nos últimos 30 anos, um terço da sua população, ou seja mais de 110.000 habitantes.

Um estudo, relativamente recente, aponta para a existência de 957 “ilhas”, com cerca de 8000 fogos dos quais cerca de 4900 habitados, onde viviam aproximadamente 10.400 pessoas em condições sociais, na maioria dos casos, precárias. A freguesia de Campanhã continua a ser aquela onde há maior número de aglomerados populacionais deste tipo, cerca de 240, seguindo-se as quatro freguesias do Centro Histórico, de Cedofeita, de Santo Ildefonso e Bonfim.

Nas “ilhas”, frequentemente não há água canalizada, os esgotos são deficientes e as casas de banho são comunitárias. A maioria dos seus habitantes sofre enormes carências sociais. Esta é uma realidade que, em geral, não é visível das ruas, escondendo-se normalmente atrás de prédios, em antigos quintais ou logradouros, com uma única e estreita entrada, passando, assim, quase despercebido ao cidadão comum.

Na generalidade dos casos, as “ilhas” são privadas, embora existam umas quatro ou cinco de propriedade pública, designadamente municipal, de que é exemplo a ilha da Bela Vista que sofreu recentemente um processo de reabilitação que foi bem sucedido mas que ainda não está completamente terminado.

Quero aqui recordar que em Março deste ano o Grupo Parlamentar do PCP propôs na Assembleia da República uma recomendação ao governo para que fosse criado um programa financeiro para reabilitação das “ilhas” do Porto, com o envolvimento da câmara, dos senhorios e dos moradores, porque em nossa opinião é possível não só dar mais dignidade às habitações de quem nelas reside como construir e reconstruir muitas mais casas nestas “ilhas”. Claro que continuarão a ser propriedade dos senhorios que não tendo que fazer a expensas próprias este investimento, teriam que garantir que durante 25 ou 30 anos as casas estariam submetidas ao regime da renda apoiada.

Regressando agora à habitação municipal, Quero recordar que na LAF temos mais de 400 famílias que aguardam um T1 e outras tantas que aguardam um T2. Depois mais de 100 para T3 e cerca de duas dezenas para T4. Ora, como não construímos habitação nova só temos para distribuir as casas que vão ficando devolutas. E é verdade que em cerca de 3200 casas vive apenas uma pessoa. Para terem uma ideia, nós disponibilizamos por ano, em média 60 a 70 casas de tipologia 1. Havendo mais de 400 em lista de espera vejam lá quantos anos são precisos para entregar uma habitação a estes agregados.

Gostava ainda de dizer que temos que continuar a investir na melhoria da qualidade da habitação e, sobretudo, agora que estamos no início deste mandato, creio que seria uma boa oportunidade para elaborar um plano estratégico para os quatro anos que alterasse completamente o paradigma da reabilitação dos bairros.

Não é competência da câmara garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República. Essa é uma competência da administração central. Mas a câmara deve garantir condições dignas a quem vive nas casas que fazem parte do seu património. Temos que

reabilitar os bairros mas não apenas o edificado. Temos que reabilitar as zonas adjacentes, nomeadamente os jardins, temos que construir equipamentos sociais (parques infantis, centros de convívio, polidesportivos etc.) e temos que criar espaços de estacionamento.

Temos que retirar uma certa carga negativa que recai sobre os bairros sociais e dar-lhes condições para poderem servir melhor as cerca de trinta mil pessoas que lá vivem. Todos nós conhecemos habitações municipais por essa Europa fora e quando lá passamos nem nos apercebemos que se trata de habitação de cariz social.

Apenas dois tópicos finais nesta introdução.

O primeiro para dizer que as cem famílias que continuam a residir no Bairro do Aleixo, estão hoje pior, muito pior, do que estavam há quatro anos quando o sr. Presidente da câmara aqui chegou. Casas cada vez mais degradadas, muitas delas com chuva a cair no seu interior, janelas que não abrem nem fecham, elevadores que não funcionam, enfim.

Eu sei que não foi o sr. presidente que iniciou este processo. Trata-se de uma opção errada do seu antecessor e dos vereadores do Partido Socialista. Mas a verdade é que houve oportunidade para interromper este caminho e quer o sr. presidente, quer o Partido Socialista, entenderam que não devia ser interrompido. E entretanto aquelas cem famílias continuam a *passar as passas do Algarve*. E ninguém lhes acode.

O segundo para dizer que achamos que seria oportuno rever o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional, não só para podermos proceder a algumas alterações como, sobretudo, para incluir nele a matriz que avalia e atribui uma classificação aos pedidos de habitação municipal. Em nossa opinião a alteração feita na matriz para dificultar o acesso a agregados que recebam o RSI (Rendimento Social de Inserção) é profundamente errada. Do nosso ponto de vista, o critério que mais deveria contar para atribuição de uma casa municipal é exatamente o rendimento, ou seja, quem, comprovadamente, não tem rendimento que lhe permita aceder ao regime do arrendamento privado, devia ter direito a uma habitação de renda social.

Senhoras e senhores Deputados

Julgo que estará claro para todos – se é que ainda não estava – que o problema da habitação no Porto é de uma enorme gravidade. E o facto de se tratar de um direito consagrado na nossa Constituição, reforço o dever que todos temos, de tudo fazer para procurar soluções.

E agora, vamos ao debate.